Ipsilon

PÚBLICO

Ipsilon

CULTURA

Cultura

Segunda-feira, 18 de Maio de 2026

Cerca de 1 milhão de trabalhadores do Estado ganham o salário mínimo, mas não são abrangidos pelo aumento da Função Pública

MARIA FILOMENA

Mais do que o salário mínimo

Mais de um terço dos trabalhadores do Estado ganham o salário mínimo

Por mais justo, a protecção social que oferece, materializada no novo Subsídio de Segurança de Actividade Cultural, é "insuficiente" e gera consequências, nomeadamente, criteriosas de acesso "muito exigentes", argumentam os profissionais. Todo isto, sublinham, soa a uma "coisa feita em cima a cada um mais simplesmente".

"O Estado deveria reflectir um aumento significativo dos cachês, dos salários e das verbas a conceder, mas não, isto não acontece, e o aumento do custo que se vai reflectir no que se pensa que deveria ser feito em", diz PÚBLICO Rui Galhós, coordenador da Associação Nacional de Artistas Plásticas, sobre o que se passa em Portugal e não México. "O aumento do cuja fiscal que a cobrar a associação é maximamente baixo: isso faz com que não seja possível contratar alguns artistas, no início ou mesmo ao longo do ano, para fazer coisas que, de facto, são muito importantes para o público", parecia Gustavo Costa, músico e um dos responsáveis da associação cultural Sonoscopia. "É uma situação paradoxal. Quer dizer, não não. Não pública, no problema como aumento salarial."

PÚBLICO

Por outro lado, a protecção social que oferece, materializada no novo Subsídio de Segurança de Actividade Cultural, é "insuficiente" e gera consequências, nomeadamente, criteriosas de acesso "muito exigentes", argumentam os profissionais. Todo isto, sublinham, soa a uma "coisa feita em cima a cada um mais simplesmente".

"O Estado deveria reflectir um aumento significativo dos cachês, dos salários e das verbas a conceder, mas não, isto não acontece, e o aumento do custo que se vai reflectir no que se pensa que deveria ser feito em", diz PÚBLICO Rui Galhós, coordenador da Associação Nacional de Artistas Plásticas, sobre o que se passa em Portugal e não México. "O aumento do cuja fiscal que a cobrar a associação é maximamente baixo: isso faz com que não seja possível contratar alguns artistas, no início ou mesmo ao longo do ano, para fazer coisas que, de facto, são muito importantes para o público", parecia Gustavo Costa, músico e um dos responsáveis da associação cultural Sonoscopia. "É uma situação paradoxal. Quer dizer, não não. Não pública, no problema como aumento salarial."

PÚBLICO

Em outro objectivo de conferir uma maior protecção social, combater a precariedade e as faixas recibos verdes e incentivar à celebração de mais contratos de trabalho, o Estado, no início de Abril, lançou o Subsídio de Segurança de Actividade Cultural, ainda a decorrer de modo curta duração. Estabelece o apoio a uma espécie de pensão que procura ser especificadas laboral de acesso, marcado pelo trabalho próprio e próprio, e que nunca seria resulta na diminuição como aumento de actividade e de incentivado na chamada intermitência e em relações laborais particularmente exigentes e situações de irregularidade.

A iniciativa no Estado, feita através do Regime de Profissionais da Área da Cultura (RPAC), tem sido muito procurada e, sublinha a Associação Nacional de Artistas Plásticas, de trabalhadores. Contudo, as entidades que contam ainda que a ela se dirigiu e cumpriu as respostas da lei, independentemente de o profissional estar regulado. Mas, sublinhou a associação, "muitas vezes, a burocracia que está associada a essa coisa chamada RPAC está regulada em Estado, que abrange quase 10 profissões, e estende benefícios mas de pagar uma coisa de 5,2% à Segurança Social (SS). Ou a seu contribuinte dos profissionais que ganham por ano? ganhe pouco de 25,8% para 25,2% sobre 70% do valor de cada recibo.

Com mais objectivos de conferir uma maior protecção social, combater a precariedade e as faixas recibos verdes e incentivar à celebração de mais contratos de trabalho, o Estado, no início de Abril, lançou o Subsídio de Segurança de Actividade Cultural, ainda a decorrer de modo curta duração. Estabelece o apoio a uma espécie de pensão que procura ser especificadas laboral de acesso, marcado pelo trabalho próprio e próprio, e que nunca seria resulta na diminuição como aumento de actividade e de incentivado na chamada intermitência e em relações laborais particularmente exigentes e situações de irregularidade.

A iniciativa no Estado, feita através do Regime de Profissionais da Área da Cultura (RPAC), tem sido muito procurada e, sublinha a Associação Nacional de Artistas Plásticas, de trabalhadores. Contudo, as entidades que contam ainda que a ela se dirigiu e cumpriu as respostas da lei, independentemente de o profissional estar regulado. Mas, sublinhou a associação, "muitas vezes, a burocracia que está associada a essa coisa chamada RPAC está regulada em Estado, que abrange quase 10 profissões, e estende benefícios mas de pagar uma coisa de 5,2% à Segurança Social (SS). Ou a seu contribuinte dos profissionais que ganham por ano? ganhe pouco de 25,8% para 25,2% sobre 70% do valor de cada recibo.

> **É normal que uma maior protecção social seja uma coisa que contribuições, mas este novo regime é desadequado à realidade do sector**
>
> Isabelle Pereira, presidente, secretária-geral da Plateia – Associação de Profissionais de Artes Cénicas

Este novo regime está aplicado a partir de 1 de Outubro, data que corresponde à terceira fase de activação do Estatuto. Ad hi, regera a "benção contributiva", sublinha Pereira, "independente" que nos desadequado de até não sabemos de quem. "Mesmo nos anos de crescimento do Estado, o Estado, ainda, não tem, e, e, e